

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Francisco José Coelho Teixeira

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA

Auriman Cavalcante Rodrigues

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica:

Adriana Martins

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Brilhante de Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygcerver

Pablo Murilo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco



MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA.....	8
3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil	8
3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4. METODOLOGIA.....	12
4.1. Fase de Instrumentação	13
4.1.1. Público-Alvo	15
4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2. Fase de Interpretação das Informações	16
5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	18
6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA.....	20
6.1. Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico.....	20
6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	23
6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social.....	25
6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social	26
6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	27
6.4. Pesquisa Socioeconômica	28
6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade	28
6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica	39
6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo	42
6.4.4. Serviços de Apoio à Produção.....	42
6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica	42
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
8. REFERÊNCIAS.....	45
9. ANEXOS.....	47



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.



Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale lembrar, ainda, que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em



situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).

No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos



locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.

De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



4. METODOLOGIA

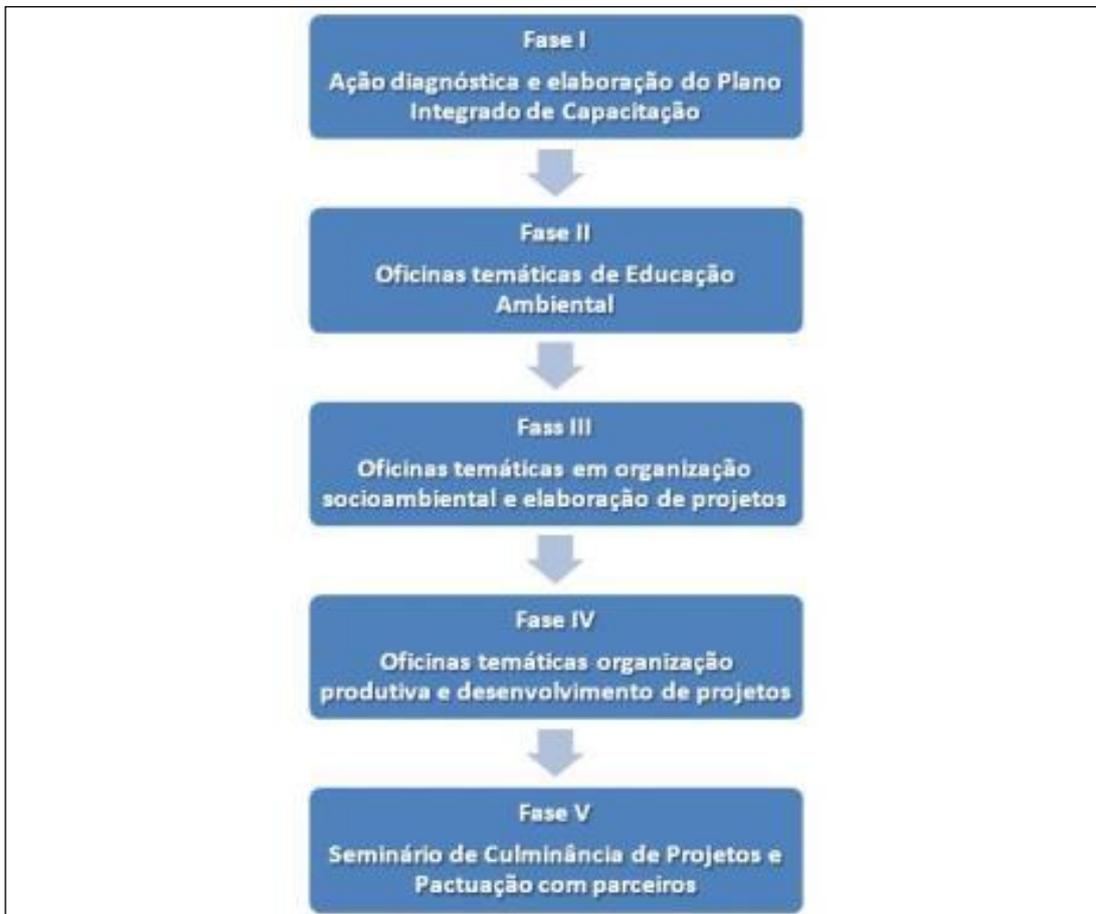
O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:



Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.



Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua conseqüente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e Mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nestas cartas.

Para a construção de mapas sociais é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que



resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância foi realizada uma pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como uma “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.



Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas de mapeamento técnico e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas *devolutiva* para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando à confirmação de que retratam a realidade local bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As



informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômico e ambiental e prioritariamente o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecos a estas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioproductivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas principalmente as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, os quilombos urbanos também não foram contemplados no decreto.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revoga o Decreto nº 3.912 de 10 de janeiro de 2001 e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, esse diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Pedra Branca, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PEDRA BRANCA

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Pedra Branca propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Esta metodologia presente na fase inicial do processo de diagnóstico está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e



seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir, representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade Pedra Branca:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Pedra Branca.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Barragem de Serrinha, “fica em Serra Talhada, mas nós queríamos um jeito de fazer uma encanação e trazer água de lá pra cá”; Cisternas e Barreiros – destes se utiliza a água para beber, lavar roupas e fazer a dessedentação de animais.</i></p>	<p><i>O Açude Pedra Branca de Antônio Henrique; Cisternas, “que a maioria das pessoas tem em casa, mas que muitas vezes não é suficiente”; tratamento da água com cloro para consumo humano, “mas o agente de saúde demora muito de vir trazer o cloro”.</i></p>	<p><i>A falta de um açude que auxilie na plantação; falta de um mapeamento das barragens; a má qualidade da água; vazamento das cisternas - “porque a gente recebe as cisternas, mas não sabemos como consertar quando ela racha. Tentamos com cimento e “vedacite”, mas a maioria das vezes não dá certo, e faltam materiais pra consertar. Teve umas que logo que fizeram começou a rachar”; o Açude Pedra Branca não possui cerca de proteção; falta de transporte para ir buscar água; demora de chegar o carro pipa; o Açude Pedra Branca seca no tempo de estiagem.</i></p>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Muito lixo jogado e espalhado pela comunidade; muitos sacos plásticos; garrafas PET e garrafas de vidro.</i></p>	<p><i>Queimar; varrer o terreiro, juntar e jogar no mato.</i></p>	<p><i>Não ter local para depositar o lixo; não ter carro para transportar (coletar o lixo); se varre o terreiro, espalha o lixo pra longe; não ter carroça para transportar o lixo; fazer as necessidades fisiológicas a céu aberto; o lixo retorna.</i></p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a gestão do lixo, dentre os quais estão: a existência de um depósito para descartar o lixo; transporte para coletar o lixo; reaproveitamento de garrafas; reaproveitamento do lixo orgânico; vender garrafas de vidro.</p>		
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Agente de saúde visita uma vez por mês a comunidade; tem plantas que servem de medicamento; atendimento pré-natal na sede de Mirandiba.</i></p>	<p><i>Visitas de médico à comunidade; atendimento médico para consultas uma vez por semana na sede de Mirandiba; os aposentados ajudam a algumas pessoas da comunidade, especialmente na alimentação.</i></p>	<p><i>A falta de remédios; a qualidade dos alimentos que se compra, pois não são orgânicos; a irregularidade das visitas médicas e agentes de saúde à comunidade, a última visita médica foi em Novembro de 2010, e o agente de saúde não faz visitas a 7 meses; quando existe uma emergência de saúde tem que ir até a sede de Mirandiba; falta de transporte em caso de emergência; mesmo com a marcação de consulta na sede de Mirandiba, falta transporte para levar as pessoas até lá, as pessoas pedem carona no ônibus escolar ou pagam a passagem no carro que vem da feira em Serrinha ou, ainda, pagam ao carro da escola para levá-las; não ter uma boa alimentação; falta de água para cultivar plantas medicinais; a falta de água e a salinidade dela; ter que comprar muitos alimentos na feira por não conseguirmos produzir pela falta de água; falta de comunicação, não temos telefone público, e o telefone celular parou de funcionar quando houve um problema na torre de Mirandiba; as promessas que não são cumpridas.</i></p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a gestão da saúde, dentre os quais estão: facilitaria a visita de um médico e um dentista uma vez por mês; disponibilidade de água para regar hortas.</p>		



NOSSO MEIO AMBIENTE

Existe	Facilita	Dificulta
<p>Agricultura de subsistência, vende-se quando dá; pecuária; caça de animais da região – onça, veado, preá, mocó, caetitu, asa branca, e mais representativa de peba e gambá; pesca em riachos e açudes; missa, novena, forró e pelada; queimadas para plantio e pasto; uso de agrotóxicos; animais de estimação - gato e cachorro; queima de lixo para não espalhá-lo; escola, até a quarta série; animais criados soltos; vida tranqüila da zona rural; o povo não caça papagaio; matam as cobras.</p>	<p>Vontade de aprender sobre como usar a terra com culturas diferentes; veneno caseiro para afastar cigarra, mosca branca e grilo verde; espaço disponível para plantação e criação de animais; solo fértil; as pessoas são unidas, não têm conflitos; o ar é puro; a Caatinga tem plantas medicinais; abelhas italianas.</p>	<p>Queimadas empobrecem o solo/ polui; agrotóxicos que poluem o solo; falta de água impossibilita cultivo durante a maior parte do ano; falta de assistência técnica para cultivo e criação; falta técnica para vacinar animais; falta de um depósito para resíduos sólidos; poucas árvores frutíferas por falta de água; falta informação sobre reutilização de resíduos sólidos; não há plantio de algodão por causa do "bicudo".</p>

NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA

Existe	Facilita	Dificulta
<p>Escola Municipal José de Anchieta, primeira a quarta série; bordado, costura e crochê (Mulheres); carpinteiros, pedreiros, agricultores, vaqueiros, artesanato de urubemba, banda de forró "Pancadões do Forró" (Homens); Novena de São José; Novena de Santo Antônio; Terço de Oração Mãe Rainha (todos os sábados); Evangelho (domingos); reunião da Associação (1º domingo do mês); Missa (2º domingo do mês); Torneio de futebol; Novena de Nossa Senhora de Santana (26 de julho); Terço dos homens (sábados); biblioteca; rezador.</p>	<p>Os alunos do primário não precisam se deslocar para outras localidades; tem transporte para levar alunos do ginásio para outras localidades; valorização da comunidade e união; os jovens têm acesso à educação; religiosidade forte na comunidade.</p>	<p>Os alunos, a partir do ginásio, precisam se deslocar para outras localidades; falta de comunicação (telefone fixo, orelhão e celular); estrada em péssimas condições; dificuldade dos alunos terem acesso à faculdade; dificuldade dos concluintes do segundo grau em conseguir emprego; falta educação para jovens e adultos.</p>

NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Dificulta
<p>Rádio comunitária de Mirandiba; televisão; correio; Associação (para dar recados nas reuniões); Vizinhos (para dar recados); moto; bicicleta; alunos que estudam fora para trazer informações.</p>	<p>Energia elétrica; o sinal do rádio é bom; as reuniões da associação; conversa com os vizinhos; antena parabólica; alunos que trazem informações.</p>	<p>Nem todos podem comprar rádio; não ter carteiros que venham até a comunidade; distância da sede de Mirandiba; falta de transporte; estradas ruins; não ter telefone público na comunidade; não ter cobertura para celular; isolamento da comunidade; não ter condições de pagar pelo transporte até a sede de Mirandiba.</p>

No item "facilita" o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a sua comunicação, dentre os quais estão: sinal para celular; telefone público; correio; sinal repetidor de TV.



NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação dos Agricultores, Moradores e Trabalhadores Rurais Quilombolas Fazenda Pedra Branca; Terço dos homens; Evangelho na Associação São José, comunidade próxima; grupo de forró.</i>	<i>Cadeira no Conselho de Desenvolvimento do Município.</i>	<i>A falta de comunicação; o alto índice de analfabetismo; não ser cadastrado na ONG Conviver.</i>
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Plantação na época do inverno (feijão e milho – separados ou em consórcios, macaxeira, coqueiro, mamão, cana, caxi abóbora, melancia, melão, manga, mamona, pinha, goiaba, todos para o próprio consumo, sobrando pouco para a venda); criação com principal finalidade de consumo (porco, bode, gado, aves e ovelha).</i>	<i>Abundância de umbu, catolé (oricuri, tem no inverno e no verão), raiz do mamãozinho do mato, raiz do umbu, mamão, maracujá, mamona, caroá (extração de fibra para fazer corda).</i>	<i>Não ser cadastrado na ONG Conviver, no Programa da CONAB (cooperativa que compra e vende os produtos dos agricultores); a dificuldade de aumentar a produção por causa do investimento financeiro; dificuldade de vender produtos; atravessadores.</i>
No item “ facilita ” o grupo fez reflexões sobre os recursos que poderiam ser mais bem aproveitados pela comunidade, citando vários gêneros.		

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens ‘Existe’, ‘Facilita’ e ‘Dificulta’ expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, assim, todos os participantes puderam contribuir com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

A comunidade relata que o principal açude da localidade, o Açude Pedra Branca, seca nos períodos de estiagem. Com isso, dependem de cisternas que foram construídas nas moradias, pequenos barreiros e carros pipa da Prefeitura Municipal de Mirandiba. A água das cisternas e barreiros serve para consumo humano, atividades domésticas e



dessedentação animal. Os moradores também relataram que as cisternas estão em mau estado de conservação.

Nosso Lixo

A comunidade Pedra Branca não possui serviço municipal de coleta de resíduos sólidos, sendo estes jogados diretamente no ambiente, queimados e enterrados. Os moradores percebem que os resíduos gerados são espalhados no ambiente e acabam voltando para os quintais pela ação do vento.

Nossa Saúde

A saúde da comunidade Pedra Branca encontra-se numa situação muito delicada. Os profissionais que atendem a comunidade, especialmente médicos, enfermeiros e agentes de saúde, passam meses e até anos sem fazer visitas às casas. Para ter acesso aos serviços básicos, a comunidade recorre ao município de Mirandiba, porém não há transporte frequente para o município. Muitos utilizam o transporte escolar como alternativa ou pagam transportes particulares, como os carros denominados 'pau-de-arara'. A população local também relaciona problemas de saúde existentes à alimentação, adquirida fora da comunidade e contaminada por agrotóxicos. Como a falta de água na comunidade compromete a produção, acreditam que não podem obter uma alimentação de origem orgânica, desejo de grande parte dos comunitários. Consideram a disponibilidade de água potável como fator preponderante para a promoção da saúde local.

Nosso Meio Ambiente

Os moradores de Pedra Branca valorizam os recursos naturais existentes e reconhecem impactos que comprometem a utilização destes. Ainda praticam a caça e a pesca de subsistência e apesar de utilizarem agrotóxicos também utilizam defensivos naturais em algumas lavouras e plantas nativas da Caatinga para fabricação de medicamentos caseiros. Para o plantio e formação de pasto, os moradores ainda adotam a queimada, uma técnica ultrapassada para limpar e preparar o solo na hora do plantio. Muitos sentem necessidade de assistência técnica voltada ao manejo adequado do solo e diversidade de culturas. Os animais geralmente são criados soltos na Caatinga.

Nossa Educação e Cultura

Pedra Branca possui uma escola que oferece o ensino fundamental I, a Escola Municipal José de Anchieta. A maior parte das crianças e jovens da comunidade desloca-se a sede do município para estudar. A comunidade possui forte inclinação para a prática do



artesanato, principalmente a partir de fibras vegetais. Existem também grupos musicais e religiosos que promovem a interação dos moradores.

Nossa Comunicação

A rádio comunitária do município de Mirandiba é considerada a maior fonte de informações para a comunidade. Além da rádio, os moradores consideram a televisão, o serviço dos Correios e a Associação dos Agricultores, Moradores e Trabalhadores Rurais Quilombolas Fazenda Pedra Branca como principais meios de comunicação.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

A Associação também é citada como principal grupo de organização e articulação social. Além dela, os grupos religiosos como o 'Terço dos Homens' o grupo de evangelizadores e o grupo musical de forró, formado por homens, recebem destaque neste quesito.

Nossos Arranjos Produtivos

Pedra Branca caracteriza-se por forte tendência à diversificação na produção agrícola. Apesar de praticarem a agricultura de subsistência, sempre utilizaram a associação de culturas em um mesmo roçado para o consumo, os chamados 'consórcios'. Planta-se principalmente milho e feijão durante o período de chuvas, associando-os ao cultivo de frutas e verduras, como melão, manga, macaxeira, abóbora, melancia e goiaba. Plantas nativas da Caatinga também são bastante citadas como fontes alternativas de alimento. Exemplos disso são o oricuri, o catolé, o umbu e o mamãozinho do mato.

A seguir, imagem do principal reservatório de água em Pedra Branca:



Foto 01. Detalhe do principal açude da comunidade, o Açude Pedra Branca.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua



vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não por suas características físicas, mas pelos sinais históricos e culturais nele presentes.

O grupo que participou desta atividade optou por elaborar um mapa único da comunidade, e neste pode-se observar o resgate histórico representado pelos moradores em seus desenhos. No mapa estão destacados o principal açude da comunidade, o Açude Pedra Branca, as primeiras moradias, a pequena barragem que encontra-se quebrada mas possui um valor simbólico especial para o grupo, e os limites territoriais expressos em suas práticas agrícolas como o mais significativo símbolo da comunidade, as moradias próximas aos açudes, a principal lagoa e sua barragem, áreas de cultivo de milho e feijão e a área de reserva legal.

A primeira moradia de Pedra Branca entre outros elementos históricos e o momento de socialização deste mapa durante a oficina estão representados nas imagens a seguir:



Foto 02. Mapa do território de Pedra Branca elaborado pelos moradores.



Foto 03. Grupo apresentando mapa elaborado durante a oficina.

6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

O mapa social elaborado pelos moradores de Pedra Branca evidencia a proximidade das relações de parentesco entre os moradores, e a íntima relação destes com seu território. Em relação às necessidades do grupo para manter suas práticas comunitárias no que refere à nutrição, ao trabalho e as próprias relações sociais, os elementos destacados



priorizam a história do grupo e perspectivas de desenvolvimento a partir da valorização desta história.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Houve ressalvas por parte dos moradores quanto à proposta de capacitações do Plano, e com isso algumas oficinas oferecidas foram suprimidas, como a Oficina de Apicultura e a Oficina de Comercialização e Divulgação de Produtos. Algumas terminologias também foram alteradas para facilitar o entendimento e o interesse de todos comunitários, conforme segue:

- Oficina de Território e Identidade;
- Oficina de Território e Cidadania;
- Oficina de Educação Popular e Mobilização Social;
- Oficina de Meio Ambiente e Saúde para Convivência com Semiárido;
- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Gestão Administrativa e Fiscal de Associações e Cooperativas;
- Oficina de Empreendedorismo: Despertando o Empreendedorismo Local;



- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte; e
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

A comunidade quilombola Pedra Branca encontra-se distante 24 (vinte e quatro) quilômetros da sede do município de Mirandiba, Estado de Pernambuco. Seu acesso é dado pela PE-425, rodovia estadual que liga Mirandiba ao município de Carnaubeira da Penha. Para chegar até Pedra Branca, é necessário passar por estrada não pavimentada que dá acesso ao povoado de Tupanaci.

Os moradores da comunidade Pedra Branca começam a remontar sua história apontando como primeira memória a migração dos irmãos Manoel Henrique Nogueira, Pedro Henrique Nogueira, Adolfo Henrique Nogueira, Francisco Henrique Nogueira, João Henrique Nogueira e Antônio Henrique Nogueira, e suas respectivas famílias, de Brejo do Gama (município de Carnaubeira da Penha) para fundar a comunidade de Juazeiro Grande. Sobre esta migração, uma liderança local relata:

“Os meus avôs vieram de uma fazenda chamada Brejo do Gama e de lá foram pra Juazeiro Grande, que é do mesmo município daqui (de Pedra Branca), Mirandiba. Eles trabalhavam na terra dos Carvalhos, mas não era cativo, não. Os avôs ganharam dinheiro fazendo um açude dos brancos (para a família dos Carvalhos) numa fazenda lá perto de Brejo do Gama. Aí eles ganharam uns trocadinhos. A custo desse açude e de farinha compraram um terreninho em Juazeiro Grande.”



Sr. Hemiliano, filho de Manoel Henrique, 88 anos, e um dos fundadores da comunidade quilombola Pedra Branca, complementa: “O terreno em Juazeiro era pequenininho já tava com muita gente, aí os filhos (de Manoel Henrique Nogueira) vieram pra cá.”.

Os moradores enfatizam este momento de chegada como marco de quando deixam de ter que trabalhar para terceiros, para trabalhar em suas próprias roças. No entanto, ainda hoje, muitos agricultores têm de realizar o trabalho entre suas roças e o roçado alheio, já que não conseguem tirar da terra todo seu sustento, relacionando este fato à dificuldade que têm ao acesso a água para o desenvolvimento da agricultura.

Com o crescimento das famílias em Juazeiro Grande, quatro dos filhos de Sr. Manoel Henrique Nogueira e um primo mudaram-se para o sítio Pedra Branca, localizado dentro da propriedade Fazenda Santa Clara. Os irmãos Hemiliano Manoel Henrique, José Antônio Nogueira, Livino Henrique Nogueira, Antônio Henrique Nogueira e João Antônio Nogueira compraram terreno que fazia parte da Fazenda Santa Clara, a mesma fazenda onde foi fundada a comunidade de Juazeiro Grande.

Relatam que já havia moradores na região que trabalhavam na Fazenda Santa Clara, desde a chegada dos Henrique: as famílias Terto, Baião, Ananias e Valério. “Aqui é tudo preto” (Sr. Olavo). As comunidades situadas no entorno de Pedra Branca são: Caldeirãozinho (uma das mais antigas, formada por ex-moradores da Fazenda Santa Clara); Catolé; Poço da Pedra; Jardim e Limoeiro.

Quando chegaram a Pedra Branca, já havia uma casa, cujas ruínas ainda podem ser visitadas. Nela morou a família de Antônio Cazé e Cirilo Cazé, da família Carvalho. Em seguida foi feita a primeira construção pela comunidade, uma casa de taipa, no ano de 1954, onde morou a família de Antônio Henrique Nogueira. Anos mais tarde, a família construiu sua casa de alvenaria em frente à casa de taipa, mantendo a construção antiga, referência do patrimônio material da comunidade.



Foto 04. Ruínas da primeira construção encontrada na comunidade, com a técnica de adobe.



Foto 05. Primeira casa de taipa construída na comunidade.



Na chegada ao território encontraram uma barragem antiga: “Os negros trabalhavam na Fazenda Santa Clara pela comida, e foram eles que construíram essa barragem, assim dizia meu pai de criação, que era da família lá dos Carvalhos” (Sr. Cícero Adriano da Silva). Mesmo contando com esta antiga barragem, os comunitários dizem que ela não atendia a necessidade de água, e a esta condição referem grandes esforços para a busca deste recurso “com lata na cabeça e com o jumento” na localidade de Roças Velhas, distante aproximadamente 6 (seis) quilômetros.

Em 1956 esta barragem rompeu e a comunidade ficou em condições ainda mais difíceis para ter acesso a esse recurso. Antônio Henrique Nogueira começou a construir em 1956 o Açude Pedra Branca, ficando pronto no ano de 1984 e se configura, atualmente, como a principal fonte de abastecimento de água da comunidade. Relacionam a capacidade de estar e viver na região à construção do novo Açude: “Foi muito trabalho pra construir o açude. Foi feito com enxada e com a ajuda da carroça. Se não existisse esse açude, Pedra Branca não existiria, porque aqui só tem água salgada” (Sr. Olavo).

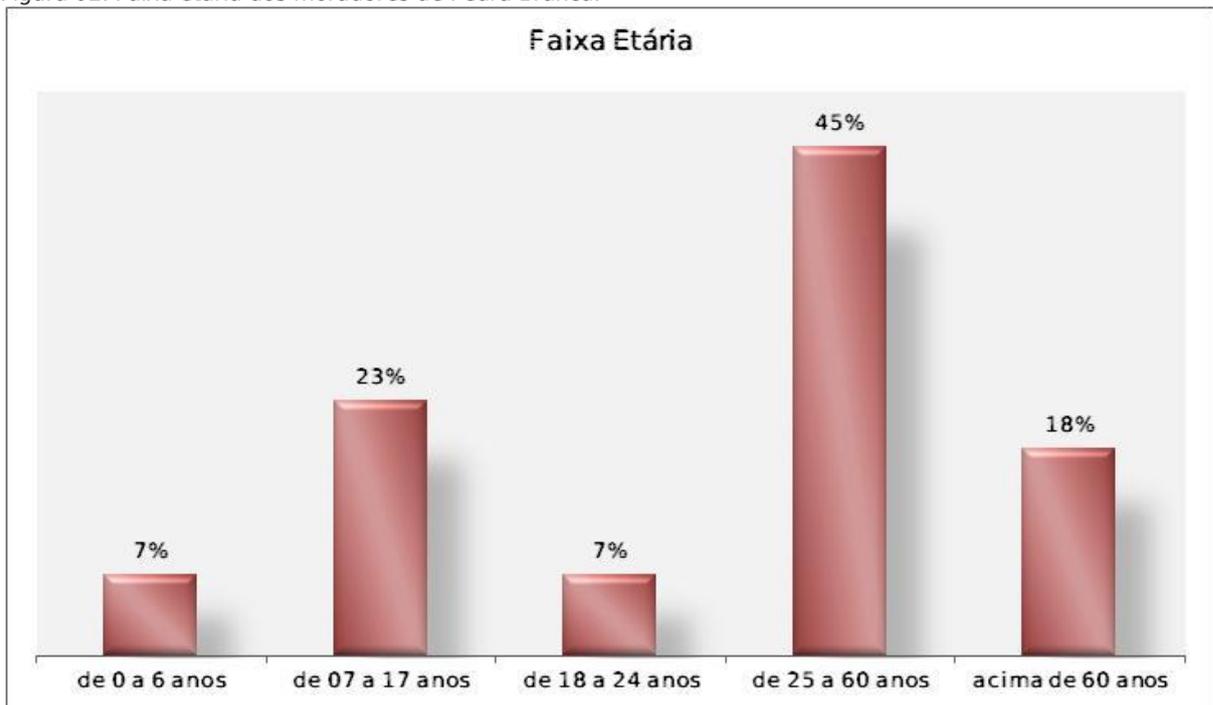
População

Atualmente vive na comunidade um número aproximado de 23 famílias e 83 pessoas. Dessas 23 famílias, 21 possuem casas separadas, e outras 02 famílias compartilham a mesma moradia. Os levantados baseados nas entrevistas realizadas apontam que a maioria da população da comunidade Pedra Branca é formada por adultos.

Ao analisar a faixa etária dos integrantes da comunidade verificou-se que há predominância de pessoas entre os 25 e 60 anos, representando 45% do total, e com menor percentual crianças de 0 a 06 anos e jovens entre 18 e 24 anos, com aproximadamente 8% cada. A seguir, apresenta-se o gráfico de faixa etária da comunidade:



Figura 02. Faixa etária dos moradores de Pedra Branca.



Educação

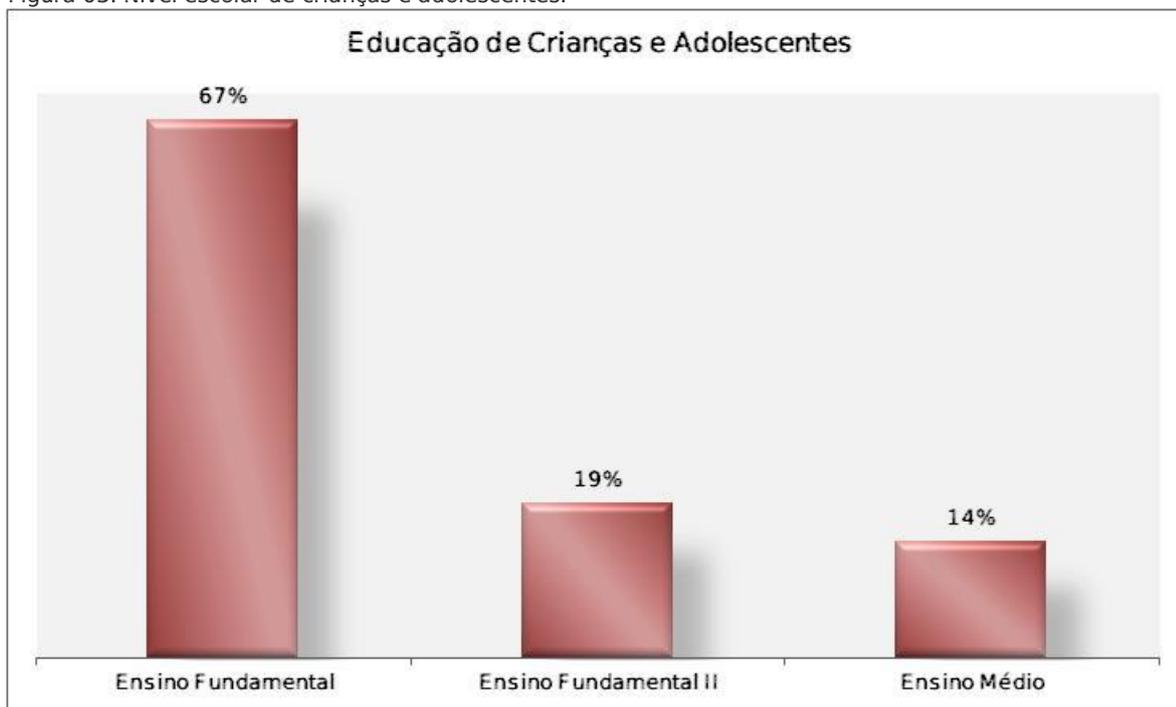
A partir dos questionários aplicados na comunidade, pode-se perceber o grau de escolaridade, entre crianças e adolescentes, a seguir 67% estão matriculados no ensino fundamental. O restante está incluído no ensino fundamental II e ensino médio, tendo que se deslocar da comunidade para o município de Mirandiba. Quanto aos adultos, a maioria cursa o ensino fundamental I.

Como mencionado anteriormente, a Escola Municipal José de Anchieta, localizada em Pedra Branca, atende somente estudantes do ensino fundamental I.

Os gráficos relacionados à educação na comunidade estão representados a seguir:

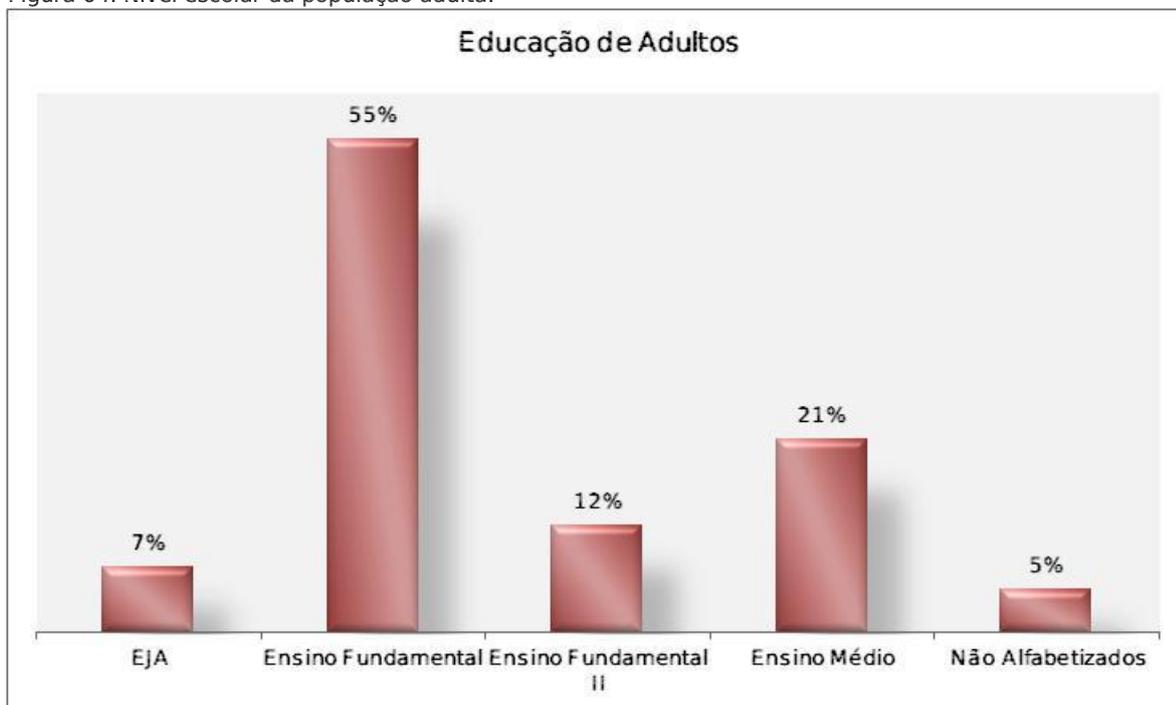


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, gráfico referente à educação da população adulta da comunidade:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.

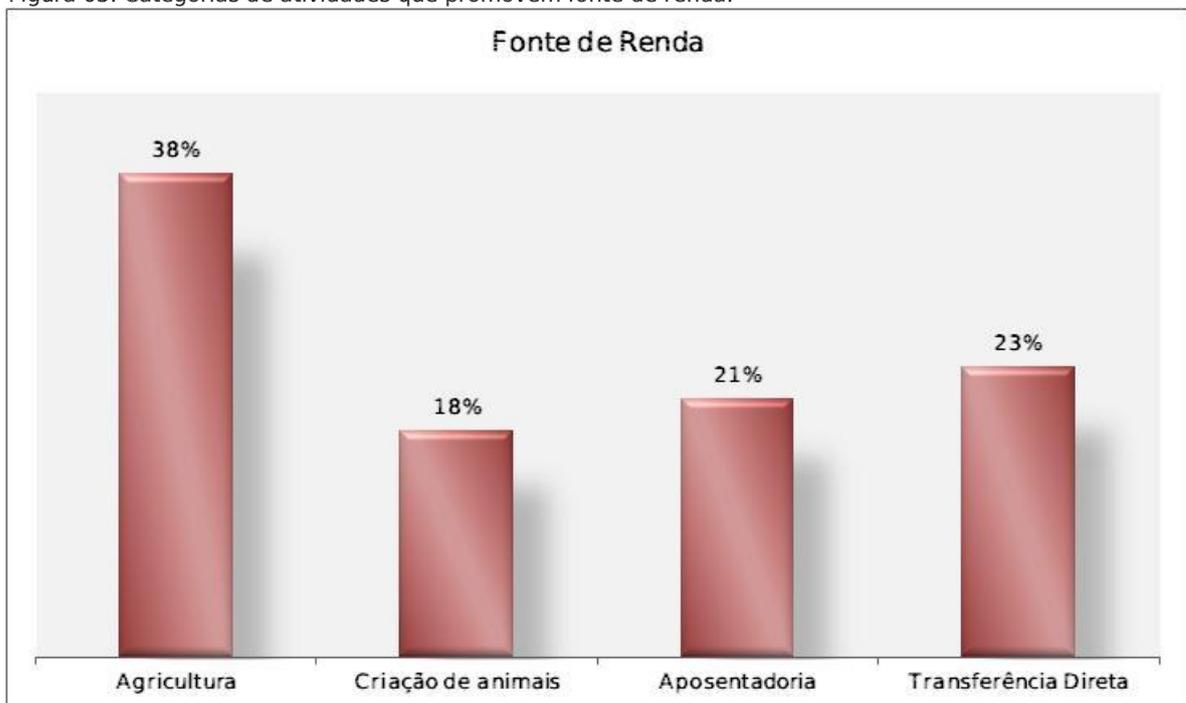


Fonte de Renda

As atividades produtivas existentes na comunidade atendem quase que exclusivamente ao sustento das famílias e se baseiam, principalmente, na agricultura familiar e na criação de animais de pequeno e médio porte. Mesmo diante de um longo período de estiagem na região em que a comunidade se encontra, percebe-se que as atividades agrícolas ainda representam a principal fonte de renda da população. A renda proveniente de aposentadoria, assim como pelos Programas de Transferência Direta, compõe parcela significativa da renda local. Das 19 famílias entrevistadas, 11 afirmaram receber auxílio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Governo Federal - PRONAF.

De acordo com o observado, a renda média real das famílias varia entre 500 e 1.500 reais. A maior parte das famílias, 42%, apresenta renda que varia entre 500 e 1.000 reais e 37% apresenta renda de até 500 reais - valor inferior ao salário mínimo vigente. Essa baixa renda média, juntamente com outras problemáticas que atingem a comunidade, coloca toda a comunidade em situação de vulnerabilidade social. Esta situação é facilmente percebida nos depoimentos que relatam a migração de moradores para região sudeste do país ou para municípios do entorno de Mirandiba, em busca de sustentabilidade econômica. A seguir, gráfico que representa os principais tipos de fonte de renda em Pedra Branca:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



Manifestações Culturais

Por meio de uma banda de forró formada por jovens os moradores de Pedra Branca demonstram uma grande habilidade pela música e pela dança. A banda já gravou um disco independente e faz apresentações em eventos comemorativos. A comunidade relembra que no passado eram as bandas de pífano que animavam os festejos. Os instrumentos e danças mais tradicionais ainda são praticados e valorizados pelos moradores.

O artesanato é desenvolvido por algumas mulheres da comunidade: o crochê, a costura e o bordado. A comunidade ainda conta com carpinteiros e artesãos especialistas em artesanato de urupemba, técnica local de produção de peneiras utilizando como matéria prima a palha da palmeira do catolé.

A comunidade apresenta forte prática religiosa e realiza a Novena de São José e de Santo Antônio em seu calendário festivo. Além de atribuir aos rezadores locais importante papel na cura de enfermidades.



Foto 06. Sr. Hemiliano relembra o toque do pífano.



Foto 07. Sr. Olavo faz música com o pandeiro.

Organização Comunitária e Movimentos Sociais

Embora tenham contato com as outras comunidades quilombolas da região em que se encontra, o movimento comunitário de Pedra Branca necessita de mais articulação e informação quanto à sua organização social.

Além da Associação dos Agricultores, Moradores e Trabalhadores Rurais Quilombolas Fazenda Pedra Branca, principal espaço de articulação social, a comunidade participa do Conselho de Desenvolvimento do Município, e por meio dele recebe informações sobre a gestão municipal. A qualidade de participação do grupo nesta instância ainda não é efetiva, devendo ser estimulada e fortalecida por intervenções educativas.

Os grupos religiosos configuram-se como espaços de organização e mobilização social, sendo eles o Terço dos Homens, Terço de Oração Mãe Rainha e o estudo do evangelho



realizado com comunidades vizinhas. Esses grupos exercem grande influência na articulação e organização social da comunidade.

Regularização Fundiária

A comunidade se autoidentifica como negra e, no período compreendido entre 2000 e 2005, as discussões sobre o processo de autoidentificação enquanto comunidade quilombola se intensificaram. Em 2005, a Fundação Palmares reconheceu a comunidade Pedra Branca como comunidade quilombola, em seguida, 2007, a comunidade recebeu a certificação. Embora tenham consciência de sua origem, este processo é recente e a comunidade conta com o apoio das comunidades quilombolas vizinhas, que atuam como articuladores das comunidades quilombolas de Mirandiba, assim como a forte presença da AQCC (Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – Salgueiro, PE) para o entendimento e fortalecimento de sua luta.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A escassez de água é fator limitante para outras dimensões da vida social da comunidade que estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento local. Este fator interfere diretamente na articulação institucional da Associação com possíveis entidades parceiras, dificultando o acesso a recursos e projetos voltados para produtores rurais.

A Associação CONVIVER no Sertão, organização não-governamental localizada no município de Mirandiba, promove atividades voltadas as comunidades quilombolas de Mirandiba e região. Por intermédio de parceria com a instituição internacional *ActionAid*, que também atua em parceria com a Associação CONVIVER, muitos benefícios têm sido alcançados. Além disso, as comunidades que conseguem atingir uma determinada quantidade de produção podem ser cadastradas para participar do PAA (Programa de Abastecimento de Alimentos), que compra do pequeno agricultor a produção de alimentos para abastecer as escolas da região.

Devido à instabilidade de sua produção agravada pelas questões climáticas, a comunidade de Pedra Branca não tem conseguido fazer o cadastro em nenhuma das duas iniciativas. No entanto, percebe-se na região que a questão não se apoia necessariamente na escassez total de água, como transparece em algumas falas. Existe possibilidade de captação de recursos para projetos produtivos, conforme relatado pelos próprios comunitários. Entretanto, falta acesso às tecnologias de captação e distribuição de água, assim como articulação política para resolver a questão.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

Pedra Branca faz limite ao norte com a fazenda Jardim; ao sul com a fazenda Brejo do Gama; ao leste com a Serra do Lajeiro e com Poço da Laje e a oeste com a comunidade



Caldeirãozinho. Em um dos mapas sociais elaborados pela comunidade pode-se observar que as moradias se distribuem ao longo das duas estradas que dão acesso a Pedra Branca. Entre elas, e próximo às moradias, estão distribuídas as áreas de roçado, escolhidas de acordo com a profundidade do solo, já que a maior parte do território configura-se como raso e pedregoso. Os locais onde há maior profundidade e menos cascalho são reservados para o cultivo.

Apenas uma moradia é cercada, não sendo esta uma prática comum em Pedra Branca, que utiliza o território de forma comunal. A posse de terra se distribuiu de forma hereditária entre as famílias dos Henrique, fundadores da comunidade e leva em consideração aspectos simbólicos, culturais, a história comum, e o grau de parentesco mantido entre os comunitários. Os espaços de terra utilizados ficam sob-responsabilidade de quem nela trabalha.

O Território é geograficamente delimitado por áreas habitadas, áreas de roçado como também áreas do entorno, das quais os moradores dependem para manter as criações que pastam na Caatinga e para buscar matéria prima necessária para manter sua cultura, medicina, construções e culinária.

Os moradores relatam a ocorrência de terras ocupadas por cidadãos que não são considerados quilombolas dentro do território e utilizam as estradas como referências geográficas da extensão territorial da comunidade.

O calendário agrícola de Pedra Branca depende da incidência de chuvas: o inverno, como chamam o período chuvoso, geralmente ocorre entre dezembro e janeiro, podendo se estender até março. O período de chuva é a época do plantio. Até junho é o período de colheitas, e de julho a dezembro cuidam do capim, das cercas, estacas, animais e outros serviços da roça.

Expectativas da Comunidade

Muitas expectativas compartilhadas pelos comunitários se referem ao acesso à educação de qualidade, a qualificação profissional, a melhoria das condições de trabalho na agricultura, a realização de ações em prol da melhoria da qualidade de vida dos comunitários e o desejo de aprender sobre:

- Alfabetização;
- Manutenção de cisternas;
- Manejo do solo e valorização da Caatinga;
- Artesanato e aperfeiçoamento de bordado e costura;



- Assistência técnica para criação de caprinos e ovinos, criação de galinhas e apicultura;
- Agricultura orgânica;
- Curso de culinária;
- Gestão pública e associativismo;
- Coleta seletiva;
- Gestão de resíduos sólidos;
- Melhoria de infraestrutura para transporte; e
- Melhoria de atendimento à saúde da comunidade.

Arranjos Produtivos

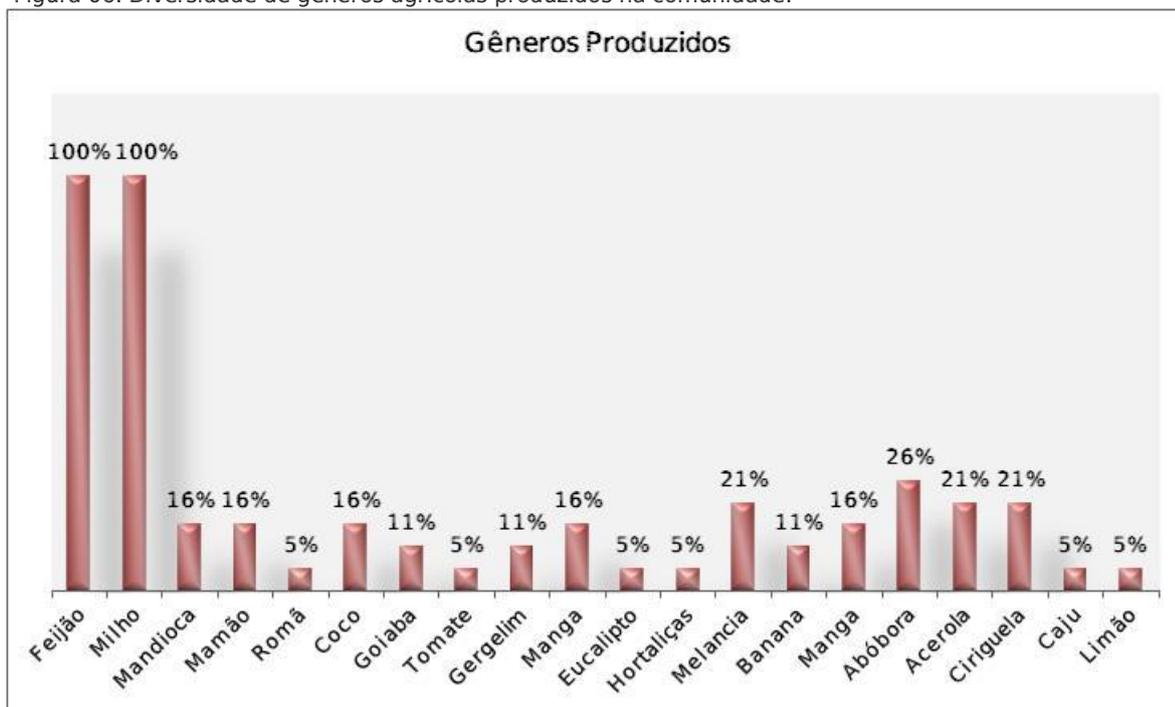
Desde a sua formação, a comunidade tem como principal atividade a agricultura. O pequeno excedente é comercializado com as comunidades próximas. Na época da fundação da comunidade, o gênero agrícola de maior viabilidade econômica era o algodão, cuja produção era vendida à usina têxtil INPERFIL, instalada no município. Quando houve a infestação do “bicudo”, *Anthonomus grandis* Boheman, 1843, a produção foi interrompida. Essa praga tornou-se rapidamente o maior entrave para a produção do algodoeiro, devido ao seu alto potencial de danos à cultura. Hoje os gêneros de maior representatividade econômica e que garantem a base alimentar da comunidade são o milho e o feijão, plantados em consórcios principalmente com a abóbora e a melancia.

A base do manejo do solo é a coivara, queima de toda a vegetação original, para implantação de novas áreas de roçado, o que não acontece com frequência já que a comunidade mantém as mesmas áreas de cultivo por anos. Os rejeitos de matéria orgânica advindos de podas e dos finais dos ciclos de plantio são colocados à disposição dos animais, não sendo aproveitados para a adubação verde. As sementes destinadas ao plantio são adquiridas em parceria com a Prefeitura de Mirandiba, como nas roças da própria comunidade, ou ainda por meio de programas do governo do estado. A comunidade tem interesse sobre assuntos relacionados à agricultura orgânica, demonstrando preocupação com a qualidade dos alimentos que produzem e consomem.

Existe certa diversidade de árvores frutíferas em Pedra Branca, no entanto, com pouca quantidade. Localizadas próximo às moradias, ou em terrenos próximo ao açude, são extremamente valorizadas e atendem, exclusivamente, ao consumo familiar. A seguir, o gráfico que representa a produção agrícola em Pedra Branca:



Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.

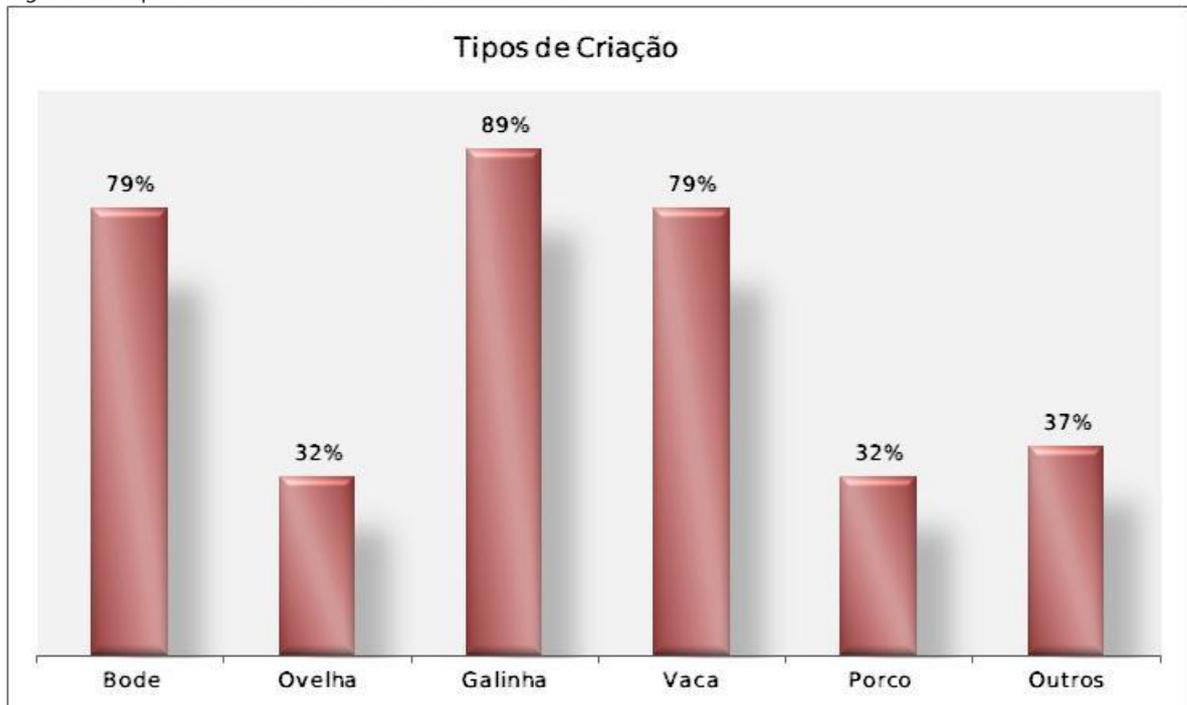


Além da agricultura familiar, o grupo desenvolve a criação de animais, que atende ao consumo e comercialização como uma alternativa de renda. Os bodes pastam soltos na Caatinga, sendo recolhidos ao final do dia. Para esta atividade a população necessita de áreas livres de cercado para pastagem. A criação de galinhas tem grande representatividade local, sendo criadas soltas, próximo às moradias.

A seguir, o gráfico que representa os tipos de criação existentes na comunidade:



Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

O principal reservatório da comunidade é o açude Pedra Branca, onde buscam água para diversos tipos de uso, como dessedentação animal e consumo humano. A comunidade demonstra zelo ao utilizar a água do açude, dirigindo-se para localidades próximas a ele para lavar roupas sem deixar sabão ou outros resíduos na água. Durante as oficinas de diagnóstico, a comunidade refletiu sobre medidas coletivas de conservação deste manancial.

Mesmo não apresentando condições de potabilidade, parte da comunidade, faz uso da água do açude para consumo humano regularmente, ao passo que, em períodos críticos de estiagem ela representa a principal opção com o fim do estoque das cisternas. No entanto, há relatos de estiagens severas em que o açude também seca.

Existem dois poços subterrâneos em Pedra Branca, ambos apresentando alto índice de salinidade, sendo utilizados para lavar roupas e para a dessedentação animal.

Os comunitários ressaltam a importância das cisternas como alternativa de captação de água de chuva para o consumo humano, e demonstram interesse em acessar recursos para novas construções. Das 23 casas da comunidade, duas possuem cisternas construídas pela ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) por meio do Programa 1.000.000 de Cisternas, do Governo Federal. A captação de água de chuva representa a



única opção segura para consumo humano, e embora outras cisternas tenham sido construídas anteriormente ao Programa do Governo Federal, a baixa qualidade das estruturas acarretam um mau armazenamento e perda de água.

Além do açude e dos poços, a comunidade conta com barreiros para dessedentação animal. Nos períodos de estiagem, é fornecido o abastecimento de água bruta com carros pipa pelos convênios firmados entre a prefeitura de Mirandiba e o Exército Brasileiro.

- Efluentes Domésticos

A comunidade de Pedra Branca não é atendida por serviços de saneamento básico. Dos 22 (vinte e dois) domicílios existentes, quatro possuem banheiros com fossas negras, além da escola. Estas fossas apresentam dificuldade de manutenção devido à falta de recurso hídrico para descarga, por isso são inutilizadas. O descarte dos efluentes da cozinha é feito no quintal dos domicílios.

- Coleta e Destinação do Lixo

Pedra Branca possui a particularidade de isolamento da sede municipal a que pertence, refletido na precariedade do atendimento de serviços básicos da gestão municipal. Não há coleta, disposição, nem acondicionamento adequados dos resíduos sólidos gerados. A queima é a prática mais utilizada relacionada aos resíduos sólidos na localidade, sem distinção de materiais, exceto pelo vidro, que é depositado de maneira inadequada nas matas dos arredores da comunidade, e pelo lixo orgânico, que é reaproveitado para alimentação animal.

A população de Pedra Branca busca parceria com a Prefeitura Municipal de Mirandiba para melhorias na gestão dos resíduos sólidos gerados na comunidade.

Energia Elétrica

Algumas casas de Pedra Branca possuem energia elétrica, porém ainda existem casas mais afastadas que ainda não recebem energia elétrica.

Saúde

O atendimento médico oferecido pelo município é realizado no posto de saúde localizado na sede de Mirandiba. O posto atende prioritariamente às comunidades quilombolas da região, mas é nítido o isolamento da comunidade em relação à sede também, devido a dificuldade de acesso ao Posto pela estrada em condição precária e pela ausência de transporte público que garanta o trânsito dos moradores. A população também busca atendimento médico nos PSFs do município de Santa Maria, na localidade de Tupanaci. A visita do agente de saúde a comunidade, assim como médicos e dentistas, ocorre de maneira irregular.



A preocupação com os serviços relacionados à saúde pode ser verificada em todas as esferas, desde a necessidade de ações preventivas, o acesso à informação, melhoria das condições de saneamento, acesso a atendimento médico e a garantia da segurança alimentar.

A segurança alimentar da comunidade depende do acesso à água potável, tanto para consumo como para garantir o plantio de subsistência. A falta de diversidade dos gêneros consumidos é um dos fatores apontados pela comunidade como risco à manutenção da saúde da população.

A fragilidade das ações em saúde também são evidenciadas pela ausência de tratamento da água, utilizando-se apenas a cloração para o tratamento. Entretanto esse tratamento fica comprometido devido a irregularidade das visitas do agente de saúde, responsável pelo fornecimento do cloro.

A medicina tradicional é destacada como um dos recursos acessíveis para o tratamento de doenças entre os comunitários. Em Pedra Branca o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais é valorizado, dentre outros métodos de cura como as rezas, e são transmitidos para outras gerações.

Educação

Em Pedra Branca, a Escola Municipal José de Anchieta atende do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. A partir do ginásio, os estudantes se deslocam para a sede do município para dar continuidade à vida escolar. A ocorrência de crianças e adolescentes no ensino fundamental I é maior do que nos outros níveis escolares, esse quadro também é encontrado nos adultos.

O acesso ao ensino formal ocorre de maneira precária, tendo como reflexo um número elevado de pessoas sem a habilidade de ler e escrever, o que dificulta todos os demais processos de participação política e acesso a articulações institucionais que potencialmente podem trazer benefícios para o desenvolvimento comunitário.

Falta ainda perspectiva de continuidade na formação educacional após o ensino médio, e a população enfrenta dificuldades para acessar o mercado de trabalho.

Comunicação

Os principais meios de acesso à informação são a televisão e o rádio. A comunidade não tem acesso a telefone público e não possui cobertura de rede móvel de celular em seu território. As conversas e recados entre os moradores, e as reuniões da Associação são os métodos mais eficientes de comunicação adotados pelos comunitários.

Veículos como moto e bicicleta são citados como instrumentos que ajudam na interlocução entre os comunitários. A frequência dos estudantes à escola, em Mirandiba,



é relatada como um aspecto que ajuda na comunicação entre a comunidade e moradores de outras localidades, com os estudantes promovendo a interlocução.

Não possuem acesso à internet, nem jornais e revistas. O serviço dos Correios também não atende a localidade.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

O vaqueiro, o curral, a vaca de leite, o boi, o jumento com a cangalha e as galinhas possuem papel fundamental na vida comunitária, não só no que se refere aos trabalhos diários, a lida com a terra, mas também representam valores imateriais simbólicos.

Na região encontra-se em abundância o umbu (no período de chuvas), o catolé (ocorrendo durante todo o ano) e a raiz do mamãozinho do mato. Apontam estes recursos como referências de potencialidades de beneficiamento e comercialização. Porém, relacionam dificuldades de manejo, beneficiamento e escoamento de produção, assim como à falta de investimento financeiro e a atuação de atravessadores.

Relatam a presença de animais como onça, veado, preá, mocó, caititu, asa branca, peba, gambá e papagaios. Alguns comunitários realizam a caça de alguns animais silvestres para alimentação.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

A comunidade não recebe assistência técnica continuada. Relatam que já participaram de oficinas técnicas junto a alguns parceiros, mas sentem dificuldades de implantar as propostas trabalhadas devido à falta de acompanhamento, como foi o caso da apicultura, tema sobre o qual já estudaram, porém, não tiveram apoio para dar continuidade às ações.

Anseiam por assistência técnica, principalmente no que se refere à criação e a vacinação animal, qualificação em agricultura orgânica e elaboração de projetos.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade de Pedra Branca relata uma ligação muito íntima com sua origem, sua história de desenvolvimento local e seu território. A comunidade é constituída aproximadamente por 23 (vinte e três) famílias, com faixa etária média entre 25 e 60 anos.



Quanto à educação, a população encontra dificuldades de acesso devido à distância da sede municipal. Porém, a comunidade possui uma escola que oferece o ensino fundamental I para as crianças.

Como alternativas de fonte de renda, a comunidade sobrevive da comercialização do excedente de criações, mas a maioria das famílias ainda depende de programas assistenciais do Governo Federal.

As manifestações culturais locais são muito valorizadas e estão relacionadas à religiosidade, à música e à dança.

A organização social é centralizada na Associação dos Agricultores, Moradores e Trabalhadores Rurais Quilombolas Fazenda Pedra Branca, e conta principalmente com o apoio da Associação CONVIVER no Sertão, ONG localizada em Mirandiba e que trabalha pelos direitos das comunidades quilombolas da região.

Em 2005 Pedra Branca foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola. Desde então existe na comunidade a expectativa pela demarcação de terras, e de mais informações sobre os trâmites legais para a regularização fundiária.

A agricultura familiar em sua essência é diversificada, de pequena escala e de subsistência, sem perspectiva de crescimento. Já a criação de animais de pequeno e médio porte é vista com maior potencial de produção e comercialização, representando fonte de renda mais estável para os moradores.

A comunidade não possui abastecimento regular de água, sendo os principais reservatórios o Açude Pedra Branca e as cisternas nas moradias. Também existem dois poços subterrâneos, porém com a água possuindo alto grau de salinização.

Não há rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos na comunidade, com estes sendo despejados aleatoriamente no ambiente.

Quanto à saúde local, os moradores recorrem à sede municipal de Mirandiba em casos mais graves, que possui um posto de saúde específico para as comunidades quilombolas. Os moradores alegam que cidadãos não quilombolas também são atendidos no mesmo local, o que dificulta o atendimento a todos que necessitam. Mas consideram esta estrutura como um grande benefício. A medicina tradicional é muito valorizada na comunidade, e isto é passado às gerações atuais.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola Pedra Branca apresenta características comuns a outras comunidades tradicionais, devido aos seus processos de territorialização e suas similaridades nas formas de ocupar e usar a terra.

Um aspecto importante da comunidade é que o território se constituiu, desde o início, a partir do uso da terra, não apenas para moradia e cultivo de subsistência, mas para diversas práticas como coleta de frutos e fibras vegetais, caça e promoção da cultura própria. É baseado nisso que são mantidas e fortalecidas as relações pessoais e com o ambiente em Pedra Branca, até os dias atuais.

Em Pedra Branca, embora se tenha consciência de sua origem quilombola, o processo de autorreconhecimento como tal é recente. A comunidade tem estabelecido pouco contato com políticas públicas específicas para o grupo, bem como articulação com outras comunidades quilombolas e entidades parceiras não governamentais. Portanto, entende-se que o processo de mapeamento e seu consequente diagnóstico tenha exercido um impacto positivo junto aos moradores, principalmente por possuírem raros momentos de socialização de informações e reflexão no cotidiano.

Ao compartilharem histórias que afirmam e reforçam suas relações sociais e seu passado comum, caminham para o fortalecimento de sua identidade e consequentes perspectivas para uma organização social mais efetiva.

Todo o processo de autorreconhecimento e valorização desta comunidade foi benéfico e pertinente, especialmente por assumir um caráter participativo e democrático. Os quilombolas de Pedra Branca, representados por este grupo de trabalho envolvido nas oficinas e atividades de alternância, demonstram a importância dos resultados obtidos a partir dos relatos colhidos e da possibilidade que eles apresentam para reutilização de todo o material produzido como mais uma ferramenta de gestão comunitária.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012.

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html>. Acesso em: 26/03/2012.



9. ANEXOS

Anexo I: Quadro Descritivo do Painei.

Anexo II: Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Quadro Descritivo do Painel.
QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS:		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Barragem de Serrinha, “fica em Serra Talhada, mas nós queríamos um jeito de fazer uma encanação e trazer água de lá pra cá”; Cisternas e Barreiros – destes se utiliza a água para beber, lavar roupas e fazer a dessedentação de animais.</p>	<p>O Açude Pedra Branca de Antônio Henrique; Cisternas, “que a maioria das pessoas tem em casa, mas que muitas vezes não é suficiente”; tratamento da água com cloro para consumo humano, “mas o agente de saúde demora muito de vir trazer o cloro”.</p>	<p>A falta de um açude que auxilie na plantação; falta de um mapeamento das barragens; a má qualidade da água; vazamento das cisternas - “porque a gente recebe as cisternas, mas não sabemos como consertar quando ela racha. Tentamos com cimento e “vedacite”, mas a maioria das vezes não dá certo, e falta materiais pra consertar. Teve umas que logo que fizeram começou a rachar”; o Açude Pedra Branca não possui cerca de proteção; falta de transporte para ir buscar água; demora de chegar o carro pipa; o Açude Pedra Branca seca no tempo de estiagem.</p>
NOSSO LIXO:		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Muito lixo jogado e espalhado pela comunidade; muitos sacos plásticos; garrafas PET e garrafas de vidro.</p>	<p>Queimar; varrer o terreiro, juntar e jogar no mato.</p>	<p>Não ter local para depositar o lixo; não ter carro para transportar (coletar o lixo); se varre o terreiro, espalha o lixo pra longe; não ter carroça para transportar o lixo; fazer as necessidades fisiológicas a céu aberto; o lixo retorna.</p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a gestão do lixo, dentre os quais estão: a existência de um depósito para descartar o lixo; transporte para coletar o lixo; reaproveitamento de garrafas; reaproveitamento do lixo orgânico; vender garrafas de vidro.</p>		
NOSSA SAÚDE:		
Existe	Facilita	Dificulta
<p>Agente de saúde, visita uma vez por mês a comunidade; têm plantas que servem de medicamento; atendimento pré-natal na sede de Mirandiba.</p>	<p>Visitas de médico à comunidade; atendimento médico para consultas uma vez por semana na sede de Mirandiba; os aposentados ajudam a algumas pessoas da comunidade, especialmente na alimentação.</p>	<p>A falta de remédios; a qualidade dos alimentos que se compra, pois não são orgânicos; a irregularidade das visitas médicas e agentes de saúde à comunidade, a última visita médica foi em Novembro de 2010, e o agente de saúde não faz visitas a 7 meses; quando existe uma emergência de saúde tem que ir até a sede de Mirandiba; falta de transporte em caso de emergência; mesmo com a marcação de consulta na sede de Mirandiba, falta transporte para levar as pessoas até lá, as pessoas pedem carona no ônibus escolar ou pagam a passagem no carro que vem da feira em Serrinha ou, ainda, pagam ao carro da escola para levá-las; não ter uma boa alimentação; falta de água para cultivar plantas medicinais; a falta de água e a salinidade dela; ter que comprar muitos alimentos na feira por não conseguirmos produzir pela falta de água; falta de comunicação, não temos telefone público, e o telefone celular parou de funcionar quando houve um problema na torre de Mirandiba; as promessas que não são cumpridas.</p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a gestão da saúde, dentre os quais estão: facilitaria a visita de um médico e um dentista uma vez por mês; disponibilidade de água para regar hortas.</p>		



nosso meio ambiente:		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Agricultura de subsistência, vende-se quando dá; pecuária; caça de animais da região – onça, veado, preá, mocó, caetitu, asa branca, e mais representativa de peba e gambá; pesca em riachos e açudes; missa, novena, forró e pelada; queimadas para plantio e pasto; uso de agrotóxicos; animais de estimação - gato e cachorro; queima de lixo para não espalhá-lo; escola, até a quarta série; animais criados soltos; vida tranquila da zona rural; o povo não caça papagaio; matam as cobras.</p>	<p>Vontade de aprender sobre como usar a terra com culturas diferentes; veneno caseiro para afastar cigarra, mosca branca e grilo verde; espaço disponível para plantação e criação de animais; solo fértil; as pessoas são unidas, não têm conflitos; o ar é puro; a Caatinga tem plantas medicinais; abelhas italianas.</p>	<p>Queimadas, empobrecem o solo/ polui; agrotóxicos que poluem o solo; falta de água impossibilita cultivo durante a maior parte do ano; falta de assistência técnica para cultivo e criação; falta técnica para vacinar animais; falta de um depósito para resíduos sólidos; poucas árvores frutíferas por falta de água; falta informação sobre reutilização de resíduos sólidos; não há plantio de algodão por causa do "bicudo".</p>

NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA:		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Escola Municipal José de Anchieta, primeira a quarta série; bordado, costura e crochê (Mulheres); carpinteiros, pedreiros, agricultores, vaqueiros, artesanato de urubemba, banda de forró "Pancadões do Forró" (Homens); Novena de São José; Novena de Santo Antônio; Terço de Oração Mãe Rainha (todos os sábados); Evangelho (domingos); reunião da Associação (1º domingo do mês); Missa (2º domingo do mês); Torneio de futebol; Novena de Nossa Senhora de Santana (26 de julho); Terço dos homens (sábados); biblioteca; rezador.</p>	<p>Os alunos do primário não precisam se deslocar para outras localidades; tem transporte para levar alunos do ginásio para outras localidades; valorização da comunidade e união; os jovens têm acesso à educação; religiosidade forte na comunidade.</p>	<p>Os alunos, a partir do ginásio, precisam se deslocar para outras localidades; falta de comunicação (telefone fixo, orelhão e celular); estrada em péssimas condições; dificuldade dos alunos terem acesso à faculdade; dificuldade dos concluintes do segundo grau em conseguir emprego; falta educação para jovens e adultos.</p>
<p>Rádio comunitária de Mirandiba; televisão; correio; Associação (para dar recados nas reuniões); Vizinhos (para dar recados); moto; bicicleta; alunos que estudam fora para trazer informações.</p>	<p>Energia elétrica; o sinal do rádio é bom; as reuniões da associação; conversa com os vizinhos; antena parabólica; alunos que trazem informações.</p>	<p>Nem todos podem comprar rádio; não ter carteiros que venham até a comunidade; distância da sede de Mirandiba; falta de transporte; estradas ruins; não ter telefone público na comunidade; não ter cobertura para celular; isolamento da comunidade; não ter condições de pagar pelo transporte até a sede de Mirandiba.</p>
<p>No item "facilita" o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a sua comunicação, dentre os quais estão: sinal para celular; telefone público; correio; sinal repetidor de TV.</p>		

NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Associação dos Agricultores, Moradores e Trabalhadores Rurais Quilombolas Fazenda Pedra Branca; Terço dos homens; Evangelho na Associação São José, comunidade próxima; grupo de forró.</p>	<p>Cadeira no Conselho de Desenvolvimento do Município.</p>	<p>A falta de comunicação; o alto índice de analfabetismo; não ser cadastrado na ONG Conviver.</p>



NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA:		
Existe	Facilita	Dificulta
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS:		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Plantação na época do inverno (feijão e milho – separados ou em consórcios, macaxeira, coqueiro, mamão, cana, caxi abóbora, melancia, melão, manga, mamona, pinha, goiaba, todos para o próprio consumo, sobrando pouco para a venda); criação com principal finalidade de consumo (porco, bode, gado, aves e ovelha).</i></p>	<p><i>Abundância de umbu, catolé (oricuri, tem no inverno e no verão), raiz do mamãozinho do mato, raiz do umbu, mamão, maracujá, mamona, caroá (extração de fibra para fazer corda).</i></p>	<p><i>Não ser cadastrado na ONG Conviver, no Programa da CONAB (cooperativa que compra e vende os produtos dos agricultores); a dificuldade de aumentar a produção por causa do investimento financeiro; dificuldade de vender produtos; atravessadores.</i></p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões sobre os recursos que poderiam ser mais bem aproveitados pela comunidade, citando vários gêneros.</p>		



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

